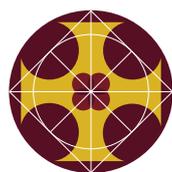


AFONSINA

I

2019



**EGAS MONIZ
O AIO**

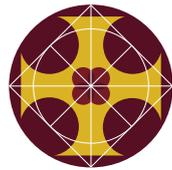


MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

AFONSINA

I

2019



EGAS MONIZ O AIO

Os artigos deste número da revista Afonsina resultam das conferências e comunicações apresentadas nas I^{as}. Jornadas Históricas, realizadas em Guimarães, em 15 de junho de 2019.

ÍNDICE

Editorial

ADELINA PAULA PINTO

1

Dom Egas Moniz de Riba Douro, o Aio entre o mito e a realidade

JOSÉ AUGUSTO DE SOTTOMAYOR-PIZARRO

3

A honra na lenda de Egas Moniz

ALBERTINO GONÇALVES

15

A Colegiada de Santa Maria da Oliveira nos séculos finais da Idade Média: estrutura e organização

AIRES GOMES FERNANDES

19

Os homens da cura na Guimarães Medieval

ANDRÉ FILIPE OLIVEIRA DA SILVA

33

Aspectos da influência do Foral de Guimarães na carta de privilégios de Braga

RAQUEL DE OLIVEIRA MARTINS

45

A honra na lenda de Egas Moniz

ALBERTINO GONÇALVES

albertino@ics.uminho.pt

Universidade do Minho

CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

As lendas, como os mitos, prestam-se a várias leituras. Na lenda de Egas Moniz, vamo-nos concentrar no tópico, matricial, da honra. A honra não é uma substância como a cor dos olhos ou a titularidade de um diploma. A honra de uma pessoa só existe na medida em que os outros a reconhecem. A honra é, neste sentido, um fenómeno coletivo, tem uma ancoragem social. Volátil e vulnerável, a honra é um capital simbólico que depende da avaliação alheia. Na sociedade cabila, afiança-se que um homem de honra pode trazer tudo do mercado sem pagar um cêntimo (BOURDIEU, 1972). A honra é um crédito. Basta um quase nada, por exemplo um boato, para ameaçar a honra. A honra requer investimento, resguardo e elevação.

A honra convoca três noções: a face, a vergonha e a palavra. Damos a cara, salvamos a face ameaçada e reparamos a face danificada. Na semiótica do corpo humano, o lugar da honra é a face. Quando se pretende enxovalhar a honra de uma pessoa o alvo é a face. Por exemplo, a bofetada com a luva que ofende e dita o duelo. Entre os ciganos, uma punição possível para quem cometeu um ato censurável aos olhos da comunidade consiste em rasgar um pedaço de saia de uma mulher, lugar da vergonha, e esfregar o rosto do castigado, lugar da honra (LIEGEOIS, 1983). Denegrir a face de uma pessoa constitui um desafio que pode culminar na morte. O duelo não é a única forma de honrar a vida com a morte. O suicídio pode resultar da submissão zelosa a um código de honra. Sobram os casos, por exemplo, o almirante que se afunda com a embarcação ou a viúva hindu que, praticando sati, se atira para a pilha onde está a ser cremado o marido (DURKHEIM, 1897).

Se a face é o lugar da honra, a palavra é o ato por excelência. Não se pode renegar a palavra dada. A palavra dada não tem prazo nem ajustamento. Um homem sem palavra é um pária, um desclassificado. O governo da palavra é uma das principais preocupações de um homem honrado. A questão da palavra dada manifesta-se decisiva na lenda de Egas Moniz.

A vergonha apresenta-se, em determinado sentido, como o outro lado da honra. Envergonhar pode desonrar. No imaginário, a honra tende a ser associada ao homem e a vergonha, à mulher. Na verdade, a vergonha atinge ambos os géneros (PERISTIANY, 1965). Numa povoação de Espanha, uma mulher infiel (desavergonhada) destrói a honra do marido que, marginalizado, é tratado como um *cabrón* (Pitt-Rivers, 1963). Egas Moniz não se afunda nem se imola, mas sacrifica-se, envergonhado, pela palavra.

Além de individual, a honra pode referir-se a um grupo: a família, a casa, os vizinhos, os pares... De um ponto de vista extremo, pode convocar a própria nação. Cada membro participa da honra do grupo e para ela contribui. Um membro que envergonha o grupo ameaça a honra dos demais. Na sua dissertação de doutoramento, *Arquivos de Família e escritos autobiográficos: estudos de caso*, Ana Macedo (2019) analisa, passo a passo, as diligências de um nobre para preservar a família (a casa) dos desvarios de um filho.

As estruturas e as dinâmicas da honra variam consoante os grupos e as sociedades. Nalguns casos, tais como as forças armadas, os mosteiros ou as comunidades ciganas, asseveram-se imperativas. O código de honra tende a ser mais exigente quando o grupo é composto por relações de dependência pessoal, em que as ligações são diádicas, entre duas pessoas, na base da reciprocidade e da lealdade. As relações de dependência pessoal contrapõem-se às relações hierárquicas. As segundas são transitivas, as primeiras, não. Numa hierarquia, como a burocracia, se A depende de B e B depende de C, então A depende de C. Numa rede de relações de dependência pessoal, se A depende de B e B depende de C, então A não depende de C. Se C pretender mobilizar A, terá que o fazer pelo intermédio de B. Não se depende de dois senhores ao mesmo tempo (Balandier, 1967). Assim funciona, por exemplo, a *maffia*. Assim era a trama das relações de honra e fidelidade entre suseranos e vassallos no tempo de Egas Moniz.

Antes de visitar a lenda de Egas Moniz, convém atender ao reparo, sábio e prudente, de Amaro das Neves no blogue *Memórias de Araduca* (nome do blogue em itálico):

“Qualquer história da vida e dos feitos afonsinos será sempre hipotética, já que terá que ser completada, em boa parte, com o que nunca se saberá se aconteceu, mas que eventualmente poderia ter acontecido”.

16

Esta salvaguarda vale a dobrar quando nos defrontamos com uma lenda. Se na realidade histórica não sabemos o que é fantasia, na fantasia de lenda não sabemos o que é realidade. As lendas possuem um enorme poder de convicção, principalmente quando nos deixamos enredar no seu mundo e na sua linguagem.

Durante o cerco ao castelo de Guimarães, Egas Moniz é “mandatário” de D. Afonso Henriques. Terá prometido o fim das hostilidades ou a vassalagem. Trata-se, praticamente, de uma rendição.

D. Afonso Henriques desrespeita a palavra dada por Egas Moniz. Retoma o conflito com Afonso VII, invadindo, inclusivamente, a Galiza. Desonrado, Egas Moniz demanda Toledo, corte de Afonso VII, para resgatar a sua palavra, a sua honra. A pé, com a família, todos descalços e despojados, com uma corda ao pescoço. Em Toledo, Afonso VII, sensibilizado, autoriza o regresso de Egas Moniz.

Estes relatos fazem sentido, mas relevam da ficção. Egas Moniz mandatário não é de admirar. Para além de aio, é um dos nobres mais poderosos do condado. O que está em jogo é a honra coletiva. Egas Moniz agiu pelos outros. A desonra de D. Afonso Henriques recai sobre todos. Por outro lado, a quebra da palavra de Egas Moniz estende-se a toda a família, adultos e crianças. Peregrinam rumo a Toledo. Tudo gira em torno de uma palavra de honra. O despojamento de Egas Moniz e da família não é descabido, expressa a exposição pública ao rei Afonso VII. Despojavam-se os condenados e os mártires das hagiografias a caminho do céu. Os burgueses de Calais, esculpido por Auguste Rodin, entregaram a chave da cidade descalços, com uma túnica e uma corda ao pescoço. O despojamento é, para além de uma encenação, uma abertura simbólica para o castigo ou para a salvação.

Esquematisando, a lenda convoca três figuras: D. Afonso Henriques, Egas Moniz e Afonso VII. Os dois últimos estão em cena, D. Afonso Henrique permanece nos bastidores. No primeiro momento, Egas Moniz dá a palavra de honra e Afonso VII

reconhece-lhe crédito. Ambos se comportam como homens de honra. Acerca da posição de D. Afonso Henriques nada se sabe. No segundo momento, Egas Moniz resgata a palavra desonrada por D. Afonso Henriques. Afonso VII honra-se ao perdoar Egas Moniz, que, pela fidelidade à palavra dada, se torna um exemplo de honradez. Ambos os gestos evidenciam homens de honra. Não se pode afirmar o mesmo de D. Afonso Henriques: desrespeitou a palavra do aio, desonrando-o.

A lenda coloca Egas Moniz numa situação delicada. Num contexto em que não é normal a lealdade simultânea a dois senhores, Egas Moniz descobre-se vassalo do príncipe e comprometido com o imperador. Uma situação de duplo vínculo, estranha e trágica, que requer uma resolução radical. Egas Moniz “determina de dar a doce vida / a troco da palavra mal cumprida” (Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto 3, Estrofe 37). A imagem de D. Afonso Henriques resulta ambígua, senão censurável. Mas foi graças a estas irreverências que fundou uma nação. Trata-se, naturalmente, de uma lenda, mas de uma lenda importante. Antiga, Luís de Camões dedica-lhe várias estrofes, e popular, está na memória de quase todos os portugueses, interferindo na sua formação. Trata-se de uma lenda? Certamente, mas não é apenas a verdade que convence, emociona e influencia as pessoas.

Bibliografia

- BALANDIER, G. (1967). *Anthropologie politique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- BOURDIEU, P. (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Geneva: Droz.
- CAMÕES, L. (1572). *Os Lusíadas*. Lisboa: Antonio Gõçalvez Impressor
- DURKHEIM, É. (1897). *Le Suicide*. Paris: Félix Alcan Éditeurs.
- LIEGEOIS, J-P. (1983). *Tsiganes*. Paris: Maspéro.
- MACEDO, A.M.C. (2019). *Arquivos de família e escritos autobiográficos: estudos de caso*. Tese de Doutoramento em Estudos Culturais Especialidade de Sociologia da Cultura. Universidade do Minho.
- PERESTIANY, J. G., Ed, (1965). *Honour and shame: the values of Mediterranean society*. London : Weidenfeld and Nicolson.
- PITT-RIVERS, J., Ed (1963). *Mediterranean countrymen; essays in the social anthropology of the Mediterranean*. Paris: Mouton.